

Realismo na negociação, pede Sarney.

JORNAL DA TARDE

Reunião no Planalto definiu a estratégia para um acordo

O presidente José Sarney quer que os negociadores brasileiros da dívida externa sejam realistas, que quando forem retomadas as conversações com os bancos credores na próxima segunda-feira, em Nova York. Além de realistas, eles devem também se pautar pela imaginação, segundo recomendou-lhes ontem o presidente durante uma reunião no Palácio do Planalto. A ela estiveram presentes os ministros Mailson da Nóbrega, da Fazenda, Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira.

Ninguém explicou, contudo, o que vem a ser o realismo com imaginação sugerido por Sarney. E, aqui, os participantes da reunião colocaram em prática mais uma orientação: não deixar vaziar nenhuma informação importante sobre as propostas brasileiras, que possam perturbar o andamento das negociações. "Isso é como se você fosse para uma guerra e antes da batalha desse uma entrevista coletiva, dizendo aos generais do outro lado que você vai atacar por tal flanco", definiu o ministro da Fazenda, esquivando-se de qualquer outra informação.

Para montar a estratégia brasileira de renegociação da dívida a médio prazo (1988 e 1989), além do fechamento do acordo provisório de 1987, as reuniões começaram na parte da manhã, com um encontro de Mailson com Fernando Milliet, Marcílio Marques Moreira, o diretor da Dívida Exter-

na do BC, Antônio de Pádua Seixas, e o diretor da Área Externa do banco, Carlos Eduardo de Freitas. Depois houve a reunião da tarde com Sarney, no Planalto, que prosseguiu durante a noite, já no Palácio da Alvorada.

No final da tarde, o presidente do Banco Central atendeu os jornalistas e afirmou que a proposta mantém essencialmente os mesmos pontos apresentados pelo governo brasileiro no ano passado. Disse que o recente acordo de securitização da dívida mexicana não se refletirá diretamente sobre o processo de renegociação da dívida, mas admitiu que ela reforça o acerto da posição de securitização aberta pelo Brasil em 1987.

Informações um pouco menos genéricas puderam ser conhecidas ontem à noite junto a fontes do Palácio do Planalto. Elas sugerem que o governo brasileiro pretende explorar ao máximo as opções convencionais de negociação, como a redução do **spread** (taxa de risco) e aumento dos prazos de pagamento. Continuará insistindo, contudo, nas opções não-convencionais, como a securitização — troca de parte da dívida por bônus do Tesouro brasileiro, com desconto — e o estabelecimento de salvaguardas capazes de impedir que o fluxo exagerado de pagamento da dívida implique em recessão.

Foi o máximo que se conseguiu obter de informações sobre a estratégia brasileira. No mais, segundo o ministro da Fazenda, o resultado das negociações devem ser divul-

gados para a opinião pública como um fato "concreto e acabado".

Possível desacordo

A negociação externa e a Constituinte apostam uma corrida contra o tempo: se o acordo com os bancos credores for assinado após 21 de abril — data máxima para a promulgação da nova Carta Constitucional —, sua eficácia estará dependendo de uma explícita aprovação por parte do Congresso Nacional, segundo dispõe o art. 59 do projeto de Constituição. Na previsão mais otimista do governo, entretanto, o acordo não se completará antes de junho.

Se o Congresso não participar, desde agora, dos entendimentos, haverá sério risco de rejeição do futuro acordo. A advertência foi feita pelo presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). A comissão, criada para acompanhar as negociações, é constituída por representantes de vários partidos. O vice-presidente é o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o relator o líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso.

O deputado peemedebista Irajá Rodrigues, membro da comissão econômica do partido, por sua vez, garante que tem o apoio dos governadores Orestes Quêrcia, de São Paulo, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Miguel Arraes, de Pernambuco e Waldir Pires, da Bahia, para o patrocínio de uma emenda às disposições transitórias da futura Constituição, suspendendo por cinco anos o pagamento da dívida externa.